dentro das empresas, terão de ser adotadas pelos quadros empresariais com a urgência exigida pelo exíguo tempo disponível. Visões estratégicas setoriais e em nível de empresas são cruciais no momento.

Além disso, são necessárias reestruturações de negócios em projetos setoriais e em empresas específicas, com fortalecimento de equipes de gestão, conhecimentos em *marketing* e vendas; reestruturação de processos e tecnologia, novos arranjos financeiros e societários, para dizer o mínimo. Isto se não já houver problemas de administração de passivos onerosos.

Hoje a classe profissional tem de estar preparada para responder às perguntas das empresas sobre como serão os paradigmas da competição no futuro próximo. De um diagnóstico bem feito do setor e das empresas, dentro de um *benchmarking* hemisférico e mundial, depende um posicionamento das classes empresariais brasileiras no agronegócio para competir.

Com essa grande questão encaminhada, é possível partir para a eleição de ferramentas empresariais modernas – hoje acessíveis aos competidores que nos ameaçam –, que poderão e deverão ser utilizadas. Sem isso, haverá perda de tempo.

As empresas que competirão com as nossas usam *business plans* – planos de negócios –, planos estratégicos, documentos de venda, além de instrumentos modernos de financiamento e associação de capitais e negócios. E nós, como estamos nessa área?

Há uma necessidade premente de mudança de visão estratégica em relação à identificação das grandes questões de competitividade na Alca – e no mundo – acompanhada de uma mudança de postura em relação a decisões empresariais em curto espaço de tempo. O tempo e a falta de visão estratégica podem estar conspirando contra nós.

Mauro de Rezende Lopes é economista do IBRE/CEA.
E-mail: mrlopes@fgv.br

Crise de planejamento

O enorme potencial de diversificação da matriz energética brasileira merece políticas públicas adequadas

EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO

A crise de energia que o país enfrenta é reflexo de décadas de ausência de planejamento. Desde o início dos anos 90, com o processo de reforma do Estado e a conseqüente redução do intervencionismo estatal, o país perdeu completamente a referência de políticas públicas e da necessidade de investimentos em infra-estrutura para garantir um desenvolvimento sustentável da economia.

Vários especialistas e representantes do empresariado nacional vêm alertando que o desejado mercado livre não pode prescindir da ação coordenadora, reguladora e fiscalizadora do governo. Não basta, pois, privatizar e conceder serviços públicos ou inserir o país na economia global.

É preciso solidificar o sistema produtivo brasileiro e induzir a economia a maximizar o uso de nossas potencialidades. No caso do setor de energia, é fundamental explorar o enorme potencial de diversificação da nossa matriz, com ênfase para os produtos originários da biomassa. Afinal, esse é um país tropical com solo e clima adequado para gerar energia limpa, perene e renovável.

Política de contenção

A atual crise energética no Brasil tem origem nos idos de 86, com o Plano Cruzado, cuja política de contenção de inflação por meio do congelamento das tarifas públicas inibiu os investimentos e congelou a oferta. Isso vale tanto para o setor elétrico como para o setor sucroalcooleiro, já que aí também se origina o congelamento do preço do álcool e o desestímulo à sua produção, resultando na crise de abastecimento de 89 e na desorganização da produção setorial que persiste até hoje, cujo ícone é a dificuldade de estabilizar oferta e demanda.

Muito se tem falado nos últimos dias na co-geração de energia a partir do bagaço de cana como alternativa rápida e viável para amenizar a crise de energia do país. Isso é um fato. Mas

é preciso lembrar que ninguém planta cana para gerar energia elétrica e sim para produzir açúcar e álcool. A quantidade de bagaço disponível para co-geração tem relação direta com a definição do tamanho dos mercados de açúcar e álcool; e estes dependem da definição da matriz de energia do país.

Mais do que um plano para co-gerar energia, é preciso um plano estratégico para o setor sucroalcooleiro, com a participação do governo e da iniciativa privada, para que se possa dimensionar no tempo o tamanho do canavial e dos mercados para produtos setoriais.

De qualquer forma, é enorme o potencial de geração de eletricidade a partir da cana-de-açúcar. Com base na safra 1999/2000, considerando-se bagaço, pontas e palhas – o que pressupõe um salto tecnológico – o potencial de geração de energia setorial pode chegar a 12 mil MW, sendo da ordem de 70 mil MW a potência de energia elétrica instalada no Brasil.

Vantagens de curto prazo

Um programa de incentivo à geração de energia elétrica a partir dos resíduos da cana apresenta a possibilidade de produção, no curtíssimo prazo, já na safra 2002/03, de 2 mil a 3 mil MW, principalmente com base no aproveitamento do bagaço, aumentando a eficiência de seu uso para geração própria e com investimentos no aumento da capacidade de geração, com tecnologia já dominada e utilizando equipamentos nacionais.

As vantagens da geração elétrica com resíduos de cana são óbvias. A principal delas é a de permitir a correção da oferta sazonal da hidreletricidade, uma vez que a safra do setor sucroalcooleiro coincide com o período de seca, no qual há escassez de água para a geração de energia no Centro-Sul.

Além disso, existe a possibilidade de oferta, em curtíssimo prazo, com utilização de equipamentos fabricados pela indústria brasileira; a geração de grande número de empregos, distribuídos em todo o interior; o custo independente do risco cambial e do preço internacional do petróleo, com impactos positivos na balança comercial; a perspectiva de preços decrescentes, diretos e indiretos, para outros energéticos – álcool carburante, por exemplo; o efeito ambiental positivo, com a redução do nível de emissões de gases como o CO_2, grande vilão do efeito estufa.

A atual crise energética no Brasil começou com o Plano Cruzado, cuja política de contenção de inflação por meio do congelamento das tarifas públicas inibiu os investimentos e congelou a oferta.



Sucesso condicional

Importante para o país, o sucesso de um programa de biomassa energética passa pela reformulação das prioridades das políticas públicas nessa área, o que certamente possibilitaria o engajamento maciço da agroindústria canavieira.

Entre os problemas que precisam ser equacionados com urgência estão: definição de regras claras similares àquelas definidas para as PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas –, adaptadas às características do setor; garantia de interligação e compra da produção associada à possibilidade de comercializar a produção, dentro de regras de mercado, com direito ao uso da rede; no nível de regras e políticas públicas, tratamento igual ao que é dispensado a outras fontes de energia, como o gás.

Não desenvolver as potencialidades do setor sucroalcooleiro em cogeração corresponderia a perpetuar a insegurança provocada pelas oscilações das políticas públicas relacionadas ao Programa Nacional do Álcool que, a exemplo do que ocorre agora, também foi criado para suprir uma deficiência energética, provocada pela crise do petróleo de 1973. O planejamento estratégico evitará que, passada a crise, sejam jogados pela janela os investimentos realizados, como tem sido feito com o álcool combustível.

A história demonstra que, desde que cada setor envolvido cumpra seu dever, projetos da envergadura da cogeração de energia estão destinados ao sucesso.

No que diz respeito ao setor privado produtor de açúcar e álcool, é clara a disposição de assumir a responsabilidade pela mobilização desse potencial, importante tanto para ajudar na superação da crise energética como para fortalecer um setor estratégico para a economia brasileira.

Eduardo Pereira de Carvalho, economista, é presidente da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica).